

# A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICAS PÚBLICAS NO IFES CAMPUS SANTA TERESA

**Menezes, Isis Rangel Garcia Menezes<sup>1</sup>; Meireles, Robson Celestino<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Bióloga, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Santa Teresa-ES, Brasil.  
E-mail: isis.rangelmenezes@gmail.com

<sup>2</sup>Agrônomo, DSc. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Santa Teresa-ES, Brasil. E-mail: robmeireles@hotmail.com

## RESUMO

---

A Educação Ambiental (EA) surge como tema fundamental para a formação de cidadãos conscientes e conseqüentemente uma sociedade sustentável em 1975, na Conferência de Estocolmo. Após várias iniciativas foram sendo tomadas, como a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), e com ela, todos os demais órgãos ambientais existentes, até chegar na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e no Programa Nacional do Meio Ambiente (ProNEA), que vem para garantir uma educação ambiental a todos. A educação ambiental como uma política pública garante não só o ensino dessa temática na sala de aula, mas também, um comprometimento do cidadão com a sociedade. O presente estudo teve como objetivo avaliar a efetividade da Educação Ambiental como políticas públicas nos alunos e funcionários do Instituto Federal do Espírito Santo, campus Santa Teresa, através de um questionário, de cunho descritivo e exploratório. A Educação Ambiental como política pública é essencial para gerar mudanças no comportamento social, torna-se necessário conhecer o nível de conhecimento e compromisso de alunos e funcionários, para identificar lacunas e construir ações e novas discussões que venham preencher brechas nessa EA e assim, assegurar o sucesso da EA como política pública.

Palavras-chave: temas transversais, sustentabilidade, Educação Ambiental, formação continuada. IFES.

## 1. INTRODUÇÃO

---

Por muito tempo a espécie humana agiu como um ser a parte da natureza, utilizando seus recursos de forma predatória e compulsiva. Hoje, nota-se um maior envolvimento da sociedade nas questões ambientais. Seja por conta das repercussões das catástrofes e problemas ambientais frequentes ou simplesmente por uma percepção ambiental que vem sendo cada vez mais comum na sociedade.

O advento da revolução industrial aumentou a demanda pelo uso dos recursos naturais e o uso expressivo de combustíveis fósseis, além do adensamento populacional no meio urbano que intensificou ainda mais a exploração desses recursos, causando impactos negativos como poluição e desmatamento (SILVA, 2007). Com isso a preocupação e,

consequentemente, discussão das temáticas ambientais se mostraram essenciais, levando ao surgimento do movimento ambientalista onde a crescente consciência social fez os cidadãos perceber que, apesar dos vários benefícios da industrialização, ela provocava doenças e desastres além de degradar e poluir o meio ambiente, afetando assim não somente a sociedade, mas toda vida existente no planeta (SILVA et al., 2016).

É nesse momento que personalidades como Rachel Carson, bióloga e autora de “Primavera Silenciosa”, chamaram a atenção ao destacar problemas ambientais que atingiam diretamente a sociedade. Usando o exemplo de Rachel que na década de 60 incita a população e autoridades a se atentarem ao uso de um determinado inseticida - usado para acabar com populações de insetos que estavam atacando plantações, hortas caseiras, e infestando casas - que trazia malefícios não só para a saúde humana mas também a todos os demais seres vivos, atingindo eventualmente a economia local. Carson (2010) traz esse tema num diálogo menos ‘científico’ e fazendo explicações compreensíveis, facilitando o entendimento do assunto pela população. Ela finaliza seu livro nos atentando de que a ideia de um ‘controle do meio ambiente’ é ultrapassado e que seguir com esse pensamento nos levaria a ao mesmo fim dos insetos retratados no livro.

O “controle da natureza” é uma frase que exprime arrogância, nascida da era Neanderthal da biologia e da filosofia, quando se supunha que a natureza existisse para a conveniência do ser humano. Os conceitos e as práticas da entomologia aplicadas datam, em sua maior parte, da Idade da Pedra da ciência. Nossa preocupante tragédia é que uma ciência tão primitiva tenha-se armado com as mais modernas e terríveis armas, e que, ao voltá-las contra os insetos, tenham-nas voltado também contra a terra.” (CARSON, 2010)

Sabendo-se dessa falsa ideia de ‘controle ambiental’ surge a necessidade do pensar no equilíbrio entre homem e natureza, conhecida hoje como, sustentabilidade. E como Linda Lear (2010) declara que o livro de Carson iniciou uma transformação na relação dos seres humanos com a natureza, e estimulou o despertar da consciência pública ambiental.

Através desse exemplo pode-se notar a necessidade da sociedade ter conhecimento das questões ambientais, para garantir não só o bem-estar, saúde pública, o futuro da nossa e demais espécies, como também o constante diálogo entre o governo, a sociedade e as empresas. E com isso, entra em cena a Educação Ambiental (EA).

## **2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

---

## **2.1 A Educação Ambiental**

### **2.1.1 O que significa**

Segundo a lei nº 9.795, de 1999:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999)

### **2.1.2 Origem e história do termo**

Como o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA, 2005) ressalta, a EA é encontrada na literatura desde meados da década de 60, mas só em 1972 que é discutida em uma reunião promovida pela ONU. A Conferência de Estocolmo, conhecida também, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, foi a primeira grande reunião sobre o assunto, onde ficou decidido que deveria ser inserido na agenda internacional a temática da EA. Mas é só em 1975 que a EA é reconhecida internacionalmente como necessária para a construção de sociedades sustentáveis.

### **2.1.3 Breve histórico da criação de órgãos, Políticas e Programas de Educação Ambiental no Brasil**

Já no âmbito nacional, em outubro de 1973, é criada pelo Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), por meio do Decreto nº 73.030, de 30 de Outubro de 1973, que tem como uma de suas competências:

Art. 4º, i) promover, intensamente, através de programas em escala nacional, o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente. (BRASIL, 1973)

A SEMA tinha como responsabilidade a execução de ações que promovessem a proteção ambiental, e a partir dela surgem os principais órgãos ambientais existentes hoje. Em 1981, através da SEMA, é aprovada a lei nº 6.938 que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) - que tem como órgão consultivo o CONAMA. A Política Nacional do Meio Ambiente, traz como um de seus princípios:

Art 2º. X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. (BRASIL, 1981)

A Constituição Federal, instituída no ano de 1988, destina o capítulo VI ao Meio Ambiente, e traz no Art. 225, parágrafo VI, a promoção da educação ambiental obrigatória a todos os níveis de ensino, ratificando a Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1988).

Em 1989 a lei nº 7.735 extingue a SEMA e cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que é a fusão de quatro órgãos: Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), Superintendência da Pesca (SUDEPE) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), todos relacionados ao meio ambiente. O IBAMA herda tudo relacionado à educação ambiental que era de responsabilidade da SEMA.

Julho de 1992, o Brasil sediou a ECO 92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 20 anos após a Conferência de Estocolmo, e é em novembro desse mesmo ano que ocorre a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da lei nº 8.490, que em 1993 é transformado em Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (BRASIL, 1993).

Em 1999, com a lei nº 9.795, é instituída a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), mas é alguns anos antes, em 1994, que é criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA).

Já nos anos 2000 é criado o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), pela Lei no 11.516/2007, autarquia federal vinculada ao MMA que executa as ações da política nacional de unidades de conservação federais e também tem a função de realizar programas de pesquisa e conservação da biodiversidade e de educação ambiental (MOURA, 2016).

#### **2.1.4 O PRONEA**

Com o reconhecimento da EA como fundamental para a construção de uma sociedade sustentável, o Programa Nacional de Educação Ambiental vem para garantir ações que levem a EA a todos, auxiliando e incentivando o reconhecimento dos cidadãos do indispensável e urgente equilíbrio entre o meio ambiente e o desenvolvimento do país.

Como o programa traz em seu texto, a atuação ambiental é um dever de todos, é através dela que tanto o indivíduo quanto a sociedade vão construir valores sociais, conhecimento e atitudes em relação ao meio ambiente, levando assim a mudança na cultura, no agir e pensar do ser humano em relação ao meio ambiente (PRONEA, 2005).

Muitas das ações do PRONEA são realizadas em escolas por ser um local de aprendizagem e de grande importância na sociedade, pois auxilia na preparação intelectual e moral, e também na inserção social dos alunos (SILVA e FERREIRA, 2014). Porém, segundo Oliveira e Gastal (2009), existe uma diferença no processo educacional se levar em consideração o ambiente de ensino, por isso que a EA deve estar presente, de modo formal, dentro do ambiente escolar, mas também não-formal, presentes em museus, bibliotecas, planetários, zoológicos, e projetos, como o Projeto TAMAR.

Após esse breve histórico que retrata o início das discussões ambientais, a criação das primeiras leis, órgãos e projetos, nota-se que foram mais de 40 anos de história, debates, construção e desconstrução das políticas ambientais no Brasil. Cabe destacar a importância da SEMA para a institucionalização da questão ambiental no Brasil, que através da criação do CONAMA e da PNMA, permitiu a consolidação das políticas ambientais no país (SILVEIRA, 2015) e com isso a Educação Ambiental como política pública.

## **2.2 Educação Ambiental como políticas públicas**

O termo Políticas públicas possui várias definições, diversos autores vêm trazendo significados para esse termo ao longo dos anos, até que Souza (2006) resume políticas públicas como um campo do conhecimento que procura analisar determinada ação bem como colocar o governo em ação, e prossegue resumindo que, quando necessário propõe mudanças nessas ações, sendo a etapa onde governos democráticos transformam seus projetos em programas que serão aplicados na sociedade.

Tude (2010) em seu texto ‘Conceitos gerais de Políticas Públicas’, ressalta que esse conceito tem evoluído ao longo do tempo, corroborando o resumo de Souza (2006), visto que antigamente as políticas públicas eram consideradas *outputs* do sistema político, ou seja, as ações finais eram realizadas por alguma estatal. Enquanto as demandas discutidas, os *inputs*, eram consideradas apenas estudos da Ciência Política.

Segundo Reigota (2017), ao definir educação ambiental como uma educação política leva-se em consideração:

“A análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos, visando a superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos. (REIGOTA, 2017)

Com a EA como educação política, deixa de ser apenas um conhecimento de sala de aula, para se tornar um comprometimento do cidadão com a sociedade.

### **2.3 Educação Ambiental no Ambiente Escolar**

Como destacado anteriormente a escola tem um papel importante na vida dos estudantes, sendo propício para a formação de cidadãos. Dessa maneira, o ambiente escolar se torna fundamental para a educação ambiental, sendo descrito como um tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/199016), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199717), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218) (BRASIL, 2017, p. 19).

Os temas transversais foram eleitos por critérios, descritos em Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), como: Urgência social, Abrangência nacional, Possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, Favorecer a compreensão da realidade e a participação social (BRASIL, 1998). Devido a complexidade que envolve os temas transversais, nenhuma área seria capaz de abordar de forma ideal e é por isso que a EA não contemplada apenas em uma disciplina (BRANCO et. al. , 2018)

## **3. METODOLOGIA**

---

A população-alvo escolhida para a realização deste estudo foi a comunidade interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES), campus Santa Teresa, composta por professores, alunos de ensino médio integrado ao técnico, alunos de ensino técnico e superior, técnicos administrativos, gestores e terceirizados.

Em 1940 foi criada a Escola Prática de Agricultura (EPA), que se transformaria em Instituto Federal através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O instituto fica

localizado no município de Santa Teresa, no estado do Espírito Santo, que tem como base econômica a agropecuária, motivo de grande parte dos cursos serem relacionados a área agrícola, com o passar dos anos novos cursos foram acrescentados como: zootecnia, técnico em meio ambiente, agropecuária, agroindustrias e mais recentemente cursos voltados para área de informática.

O questionário (Apêndice 1) foi elaborado contendo perguntas fechadas, de forma que as alternativas já estão definidas para que o entrevistado selecione a que melhor corresponda a sua opinião. Para a elaboração das questões, foram escolhidos termos presentes no cotidiano escolar como Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Resíduos Sólidos e termos menos comuns como Gestão Ambiental e Logística Reversa.

O questionário é anônimo, porém se faz necessário algumas informações para a identificação dos grupos, por isso é solicitado a idade e função. A pergunta de número 1 é de cunho investigativo, com ela pode-se mapear em que momento a EA é apresentada de forma significativa para o entrevistado durante a vida escolar. As perguntas 2, 3, 4 e 5, permitem a avaliação da familiaridade e conhecimento com os termos apresentados, enquanto as perguntas 6 e 7 instigam a análise crítica das práticas das ações rotineiras dos mesmos. Questões 8, 9 e 10, são perguntas de opinião, que os direcionam a questionar o papel do poder público, das indústrias, da sociedade, dentre outros, e também a gravidade de problemas ambientais.

Por conta da pandemia de COVID-19 o questionário não pode ser aplicado em tempo hábil, dessa forma, o desenvolvimento do estudo contará com pesquisa bibliográfica, para posteriormente aplicação do questionário.

A aplicação do questionário se dará *online* através do *Google Forms*, que é uma ferramenta gratuita e de fácil manuseio (OLIVEIRA E JACINSKI, 2017). Ao final da criação do formulário, um *link* será gerado e disponibilizado para cerca de 30 voluntários de cada grupo (MORSE, 1994; BERNARD, 2000) - 30 professores, 30 alunos de ensino médio integrado ao técnico, 30 alunos de ensino técnico, 30 alunos do ensino superior, 30 técnicos administrativos, 30 dos funcionários terceirizados e 30 gestores, não tendo tempo mínimo nem máximo de resposta.

A pesquisa desse trabalho é de cunho descritivo e exploratório, pois busca descrever características do grupo selecionado e usa técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário, além de contar com levantamento/pesquisas bibliográficas e permitir a identificação do problema (GIL, 1991). Apesar das perguntas fechadas gerarem dados quantitativos, essa pesquisa se enquadra no paradigma qualitativo pois será utilizada uma

perspectiva interpretativa na análise (MATOS, 2009). Segundo Aires (2011), esse tipo de amostragem se enquadra numa ‘amostragem teórica’, já que a análise dos dados servirá para coleta de informações relevantes para o ponto central do estudo, que é avaliar a efetividade da EA como políticas públicas no grupo escolhido.

#### 4. DISCUSSÃO

---

Por muitas vezes o Ifes - Santa Teresa apresenta cartazes espalhados pelos corredores do campus com informações de cunho ambiental, feito por alunos dos cursos voltados ao meio ambiente, como técnico em meio ambiente e ciências biológicas. A partir disso deduz-se que a EA é aplicada e estimulada a ser propagada pelos alunos desses cursos.

Ainda que a EA seja retratada de alguma forma pelos alunos de cursos relacionados diretamente ao meio ambiente, a atuação ambiental é dever de todos, e é através da EA que construímos cidadãos conscientes das responsabilidades e deveres com a sociedade e o planeta. Soma-se isso ao fato da EA ser garantida em todos os níveis de ensino, devendo ser trabalhada de forma transversal, isso significa que ela deve garantir o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, não podendo ser ofertada como disciplina específica e nem somente por professores das áreas das ciências naturais (MEDEIROS et al., 2011).

O que ocorre hoje é uma fragmentação da percepção ambiental ocasionada pelo reducionismo, que leva os alunos a terem uma visão mais especializada ao invés da ampla compreensão das questões ambientais (MOSER, 2020). Assim, a temática ambiental deve ser trabalhada em todas as disciplinas curriculares e para isso, faz-se necessário, a formação de professores com caráter crítico.

Pinto (2006) traz a reflexão sobre o educador crítico, sendo aquele que parte de um processo de formação-ação-reflexão, capaz de compreender e transmitir que o problema ambiental vai além de um problema técnico, como a falta de água, é um problema sócio-político econômico, pois a falta de água será, em sua maioria, para os mais pobres. É nesse sentido que o PRONEA defende a EA como um projeto além da disponibilização de informações, mas sim como um projeto que busque a superação das injustiças sociais.

A formação continuada de professores é prevista desde 1996 pela Lei de Diretrizes e Base - LDB (BRASIL, 1996) que garante a atualização profissional dos mesmos. Somando essa formação continuada ao princípio da inter, multi e transdisciplinariedade, reforça-se



Travassos (2001), que afirma que a visão interdisciplinar, depende de um trabalho de capacitação e treinamentos dos professores.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifes, 2019/2 a 2024/1, dedica o tópico 3.2.7 a Educação para Sustentabilidade e evidencia que a EA está inclusa no planejamento institucional. O texto corrobora o que foi discutido até agora pois traz a importância do enfrentamento de questões como desigualdade e injustiças sociais, e a responsabilidade ambiental como inseparável ao compromisso com a cidadania. Defende ainda a organização e participação da coletividade, destacando assim, a importância dos técnicos administrativos estarem envolvidos e em concordância com as políticas públicas ambientais da instituição.

Nosso principal desafio é comunicar à sociedade tudo o que fazemos para promover educação profissional, científica e tecnológica pública de excelência, integrando de forma inovadora o ensino, a pesquisa e a extensão para construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável, que é a missão organizacional deste Instituto. (IFES, 2019)

Através do PDI vê-se o compromisso da instituição com os alunos e demais funcionários, dessa forma, a aplicação de um questionário permite a avaliação da percepção, cultura e conhecimento em relação ao Meio Ambiente e conseqüentemente EA dos frequentadores do Ifes campus Santa Teresa. O resultado deve ser utilizado para fomentar e fortalecer as políticas públicas em educação ambiental no campus, como ressalta Palma (2005), com um diagnóstico é possível corrigir e criar práticas e projetos ambientais para suprir possíveis deficiências. Assim, assegurar que os profissionais ali formados, bem como e funcionários, tenham acesso a EA.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Após todas as conquistas e construções das políticas públicas ambientais, a EA vem para dialogar de forma significativa com a sociedade com o objetivo de formar cidadãos críticos, para que isso ocorra de forma efetiva há a necessidade da formação continuada de professores, gestores e a inclusão dos técnicos administrativos e funcionários terceirizados nas atividades educacionais.

Torna-se necessário avaliar o nível de conhecimento e compromisso dos alunos e funcionários com o tema, para que com isso possa-se identificar lacunas e construir ações

locais que venham preencher possíveis deficiências, resultando em mudanças necessárias e práticas, e na formação de um cidadão crítico.

A aplicação desse questionário como metodologia permite a identificação dos pontos frágeis e o reconhecimento de ações bem-sucedidas na aplicação da EA. Com isso, considera-se a aplicação desta pesquisa em escolas, empresas, bairros, instituições governamentais, dentre outros, uma vez que com esse reconhecimento, pode-se recorrer a novas discussões das políticas públicas em Educação Ambiental para assim, assegurar o sucesso da EA como política pública.

## 6. REFERÊNCIAS

---

AIRES, Luísa. Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional. 1ª edição. Universidade Aberta, 2011. E-book. ISBN: 978-989-97582-1-6. Disponivel em: [https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/4/Paradigma\\_Qualitativo%20%281%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o\\_atualizada%29.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/4/Paradigma_Qualitativo%20%281%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_atualizada%29.pdf). Acesso em: 08 dez. 2020.

BERNARD, H.R. Social research methods: qualitative and quantitative approaches. California: Sage Publications, 2000.

BRANCO, Emerson Pereira; ROYER, Marcia Regina; DE GODOI BRANCO, Alessandra Batista. A abordagem da Educação Ambiental nos PCNS, nas DCNS e na BNCC. Nuances: estudos sobre Educação, São Paulo, v. 29, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5526>. Acesso em: 15 dez. 2020

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 6 dez. 2020.

BRASIL. Decreto nº 73.030, de 30 de Outubro de 1973. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 out. 1973. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.htm>. Acesso em: 6 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 ago. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111516.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111516.htm). Acesso em: 6 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 fev. 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7735.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7735.htm). Acesso em: 6 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 nov. 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8490.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8490.htm). Acesso em: 6 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.746, de 27 de dezembro de 1993. O Regulamento Cria, mediante transformação, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, altera a redação de dispositivos da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 dez. 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1989\\_1994/L8746.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8746.htm#art1). Acesso em: 6 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 6 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm). Acesso em: 6 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 ago. 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 6 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. MEC, 2017. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MMA e MEC, 2005. 3ª Ed. 102p.

CARSON, Rachel. Primavera Silenciosa. São Paulo, Gaia Editora, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa, 4ª Edição, Ed. Atlas, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: [http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa.pdf](http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf). Acesso em: 04 dez. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI: 2019/2-2014/1). Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/documentos-institucionais/5986-pdi-do-ifes>. Acesso em: 6 dez. 2020.

LEAR, Linda. Introdução. In: CARSON, Rachel. Primavera silenciosa. São Paulo: Gaia, 2010

MATOS, Maria Cordeiro de Farias Gouveia. Panorama da educação ambiental brasileira a partir do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de filosofia e ciencias humanas, Programa de Pós-graduação em educação. 2009.

MEDEIROS, Aurélia Barbosa de. SOUSA, Gláucia Lourenço de. OLIVEIRA, Itamar Pereira de. MENDONÇA, Maria José da Silva Lemes. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. Revista Faculdade Montes Belos, v. 4, n. 1, 2011, p. 1-17. Disponível em: <http://revista.fmb.edu.br/index.php/fmb/article/view/30>. Acesso em: 03 dez. 2020.

MORSE, J.M. Designing funded qualitative research. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Handbook of qualitative research. 2 ed. Thousand Oaks; Sage, 1994

MOSER, Anderson de Souza. Peças educacionais socioambientais: contributo à formação continuada em educação ambiental. Universidade Estadual de Maringá - Maringá, PR, 2020.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Trajetória da Política Ambiental Federal no Brasil. In: MOURA. A.M.M. Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016, p. 13 – 44.

OLIVEIRA, George Wilber de Bessa; JACINSKI, Lucas. Desenvolvimento de questionário para coleta e análise de dados de uma pesquisa, em substituição ao modelo Google Forms. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Departamento Acadêmico De Informática Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Ponta Grossa, 2017.

OLIVEIRA, Roni Ivan Rocha; GASTAL, Maria Luiza de Araújo. Educação formal fora da sala de aula olhares sobre o ensino de ciências utilizando espaços não formais. In: VII ENPEC: Encontro Nacional de Ensino de Ciências, São Paulo, 2009. Anais... São Paulo, ABRAPEC

PALMA, Ivone Rodrigues. Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental. Rio Grande do Sul: Escola de Engenharia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/7708>. Acesso: 08 dez. 2020.

PINTO, Rosilene Amélia Campos Guimarães. A educação ambiental e a formação do educador crítico: estudo de caso em uma escola da rede pública. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde\\_arquivos/3/TDE-2006-11-16T090641Z-1218/Publico/Rosilene%20Amelia%20.pdf](http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/3/TDE-2006-11-16T090641Z-1218/Publico/Rosilene%20Amelia%20.pdf). Acesso em: 05 dez. 2020

REIGOTA, Marcos. O que é Educação Ambiental? Brasiliense, 2017.

SILVA, Luis Gustavo Moreira da; FERREIRA, Tarcísio José. O papel da escola e suas demandas sociais. Periódico Científico Projeção e Docência, v.5, n.2, dez. 2014, p. 6-23. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/viewFile/415/372>. Acesso em: 07 dez. 2020.

SILVA, Marcilene Santos; SILVA, Estelita Tayná Medeiros da; JÚNIOR, Antônio Cavalcanti da Silva; SILVA, Dalvilene Macena da; AZEREDO, Gilvaneide Alves de. Percepção Ambiental no ensino médio em escola pública de Solânea- PB. In: I Congresso Internacional das Ciências Agrárias - COINTER, 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/81425847-Percepcao-ambiental-no-ensino-medio-em-escola-publica-de-solanea-pb-apresentacao-comunicacao-oral.html>. Acesso em: 04 dez. 2020.

SILVA, Odair Vieira da. Sistemas produtivos, desenvolvimento econômico e degradação ambiental. Revista Científica Eletrônica de Turismo. Garça, Ano IV, n.6, 2007. Disponível em: [http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/OVUx1OmdgdbdQPc\\_2013-5-20-17-56-4.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/OVUx1OmdgdbdQPc_2013-5-20-17-56-4.pdf). Acesso em: 02 dez. 2020.

SILVEIRA, Jéssica Garcia da. Entre o desenvolvimento econômico e os debates sobre meio ambiente: a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e a política estratégica de proteção ambiental no Brasil (1973-1981). In: XXVIII Simpósio Nacional de História. 2015, Florianópolis. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Santa Catarina. 2015

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, Dec. 2006, p. 20-45. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso)>. acesso: 02 dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>.

TRAVASSOS, Edson Gomes. A educação ambiental nos currículos: dificuldades e desafios. Revista de biologia e ciências da terra, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, 2001.

TUDE, João Martins. Conceitos Gerais de Políticas Públicas. Políticas Publicas. Curitiba: IESDE Brasil, p. 11 - 34, 2010. Disponível em: <http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/24132.pdf>. Acesso em: 01 de Dezembro de 2020.

## 7. APÊNDICE

---

### QUESTIONÁRIO DE 'PERCEPÇÃO' DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

FUNÇÃO:

- aluno ensino médio  
 aluno ensino técnico     técnico administrativo  
 aluno ensino superior     professor

FAIXA ETÁRIA: 10 a 15 | 16 a 20 | 21 a 25 | 26 a 30 | 31 a 40 | 41 a 50 | 51 a 60 | + de 60

1- EM QUE ÉPOCA ESCOLAR LHE FOI APRESENTADO TEMAS SOBRE O MEIO AMBIENTE DE FORMA MAIS SIGNIFICATIVA?

- Ensino fundamental 1 (1º ao 5º ano)  
 Ensino fundamental 2 (6º ao 9º ano)  
 Ensino médio  
 Ensino superior  
 Não recordo

2- O QUE É DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

- é o uso dos recursos naturais sem causar grandes impactos ambientais.  
 é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das gerações futuras.  
 é a diminuição do uso de materiais pouco abundantes na natureza.  
 é a aplicação de métodos que menos causam impactos ao meio ambiente, como uso de sacolas retornáveis, tratamento de esgoto, programas que evitem o desperdício de água e energia.  
 não sei responder.

3- VOCÊ SABE O QUE É GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS?

- SIM  
 NÃO

4- VOCÊ SABE O QUE É LOGÍSTICA REVERSA?

- SIM  
 NÃO

5- VOCÊ SABE O QUE SÃO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO?

- SIM

( ) NÃO

6- VOCÊ ACHA QUE CAUSA ALGUM DANO AMBIENTAL EM SUA ROTINA?

( ) SIM

( ) NÃO

7- DE 0 A 5, QUANTO A SUA ATITUDE COM O MEIO AMBIENTE INTERFERE PARA SOCIEDADE? (sendo 0 nada e 5 muito)

0	1	2	3	4	5	Não sei responder
---	---	---	---	---	---	-------------------

8- QUAIS SÃO OS NÍVEIS DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AMBIENTAIS DO: (sendo 0 nenhuma responsabilidade e 5 muita)

GOVERNO	0	1	2	3	4	5	Não sei responder
EMPRESAS	0	1	2	3	4	5	Não sei responder
AGRICULTURA	0	1	2	3	4	5	Não sei responder
PECUÁRIA	0	1	2	3	4	5	Não sei responder
SOCIEDADE	0	1	2	3	4	5	Não sei responder
OUTRO: _____	0	1	2	3	4	5	

9- EM SUA OPINIÃO QUAIS SERIAM OS NÍVEL DE RESPONSABILIDADE PARA EVITAR E CORRIGIR DANOS AMBIENTAIS DO: (sendo 0 nenhuma responsabilidade e 5 muita)

GOVERNO	0	1	2	3	4	5	Não sei responder
EMPRESAS	0	1	2	3	4	5	Não sei responder
AGRICULTURA	0	1	2	3	4	5	Não sei responder
PECUÁRIA	0	1	2	3	4	5	Não sei responder
SOCIEDADE	0	1	2	3	4	5	Não sei responder
OUTRO: _____	0	1	2	3	4	5	

10- DE 0 A 5, QUAL O NÍVEL DE GRAVIDADE DESSES PROBLEMAS AMBIENTAIS: (sendo 0 nenhuma gravidade e 5 muita)

AQUECIMENTO GLOBAL	0	1	2	3	4	5	Não sei responder
POLUIÇÃO	0	1	2	3	4	5	Não sei responder
DESMATAMENTO E QUEIMADAS	0	1	2	3	4	5	Não sei responder
GERAÇÃO DE GRANDES QUANTIDADES DE RESÍDUOS SÓLIDOS	0	1	2	3	4	5	Não sei responder
EXTINÇÃO DE ESPÉCIES DA FAUNA E FLORA	0	1	2	3	4	5	Não sei responder
OUTRO: _____	0	1	2	3	4	5	



**MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CAMPUS SANTA TERESA

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Informo que o discente ISIS RANGEL GARCIA MENEZES, entregou a versão final do Trabalho de Conclusão Final (TCF), intitulado: **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICAS PÚBLICAS NO IFES CAMPUS SANTA TERESA**, atendendo as exigências pré-determinadas pela banca examinadora dentro do prazo fixado pelo Regulamento do Curso de Pós-graduação em Educação e Gestão Ambiental (EGAM) do IFES - *Campus* Santa Teresa.

Santa Teresa, 13 de maio de 2021

*Robson C. Meireles*

---

Prof. Robson Celestino Meireles  
**Presidente – Orientador**